



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

XII LEGISLATURA (2022-2026)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

REUNIÃO PLENÁRIA DE 14 DE NOVEMBRO DE 2023

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Celmira Sacramento
Secretários: Ex.^{mos} Srs. Bilaine Ceita
Ex.^{mos} Srs. Silvestre Mendes
José Rui Cardoso

SUMÁRIO

A Sra. Presidente deu início aos trabalhos às horas e 20 minutos.

Procedeu-se ao empossamento de três Deputados substitutos à Assembleia Nacional.

Depois da leitura dos expedientes, a Mesa informou sobre a avaria do computador que faz a leitura do tempo.

Na declaração política do MLSTP/PSD, o Sr. Deputado Wuando Castro falou da formalização do acordo de incidência parlamentar entre o ADI e o MCI/PS-PUN; da comemoração de 1 ano do XVIII Governo Constitucional, mas que a maioria da população não tem motivos para festejar; da estagnação dos projectos estruturantes do País e das viagens do Governo que não trazem vantagens para o País e instou o Governo a procurar soluções para o País.

Por sua vez, o Sr. Deputado José António Miguel declarou que o ADI, apesar de ter maioria absoluta, procedeu à assinatura do Acordo de Incidência Parlamentar com o MCI/PS-PUN, a fim de reforçar a estabilidade governativa para ajudar no desenvolvimento de São Tomé e Príncipe e fez um breve balanço do primeiro ano do Governo do ADI.

Em interpeleção à Mesa, o Sr. Deputado Danilo Santos (MLSTP/PSD) expôs a sua indignação pelo facto de a TVS não ter gravado a declaração política do MLSTP/PSD.

Em assuntos políticos de interesse relevante, o Sr. Deputado Conceição Moreno (MLSTP/PSD) abordou a questão da apreensão de pepinos do mar na Ilha do Príncipe e voltou a perguntar ao Governo Central se tem apoiado financeiramente o Governo Regional.

Por sua vez, o Sr. Deputado Jozino da Veiga (ADI), no âmbito do processo Escuta Activa, expôs a preocupação das comunidades quanto ao atendimento, falta de informação e de apoios na Embaixada de São Tomé e Príncipe em Portugal; pediu ao Governo que os documentos sejam tratados e emitidos na Embaixada, e também levantou a questão da redução das taxas alfândegárias e aduaneiras, tendo-se associado a

ele quanto a esta questão a Deputada Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN).

Em assuntos políticos de interesse relevante, o Sr. Deputado Laudino de Jesus (ADI) repudiou o facto de se dizer que os jovens estão a fugir do País, afirmando que vão à procura de melhores condições de vida.

A Sra. Deputada Beatriz Azevedo (MCI/PS-PUN) apelou a ajuda para um estudante do ARCAR e para o filho de um ex-funcionário da NA que querem continuar os seus estudos, tendo intervido também nesta matéria os Deputados Danilo Santos (MLSTP/PSD), Abnildo d' Oliveira (ADI) e Levy Nazaré (BASTA), o que mereceu resposta da Sra. Presidente.

Ainda em assuntos políticos de interesse relevante, o Sr. Deputado José Maria de Barros (MLSTP/PSD) partilhou a preocupação dos pais e encarregados de educação, quanto ao não funcionamento de 80% das cantinas escolares e dos transportes escolares, tendo sido contestado pelo Sr. Deputado Nito Abreu (ADI), o que mereceu chamada de atenção da Mesa.

Ainda em assuntos políticos de interesse relevante, o Sr. Deputado Gabdulo Quaresma (MLSTP/PSD) informou que, em 1 ano de governação, o MLSTP/PSD já tinha 11 contratos assinados, enquanto que o Governo do ADI não tem quase nada; expôs a sua preocupação quanto ao número de jovens desempregados e disse que o MLSTP/PSD está disponível para ajudar o ADI a trabalhar.

A Deputada Izilda Domingos (ADI) reclamou ter sido ameaçada por uma deputada, e disse que os Deputados devem dar bons exemplos, demonstrando amor, compaixão, respeito e humildade.

Em assunto de interesse político relevante, o Deputado Wuando Castro (MLSTP/PSD) falou sobre o acordo de incidência parlamentar assinado entre o ADI e o MCI/PS-PUN, sobre o 1.º ano de Legislatura da Casa Parlamentar, sem estarem compostos, a Mesa da Assembleia, nem os organismos

autónomos, por imposição de outras bancadas parlamentares.

Também em assuntos políticos de interesse relevante, o Sr. Deputado Levy Nazaré (BASTA) afirmou que o País não está bem, tendo apelado ao Presidente da República para convidar os são-tomenses para juntos resolverem os problemas de São Tomé e Príncipe.

Em assuntos políticos de interesse relevante, o Sr. Deputado Ekeneide Santos (ADI) voltou a pedir ao Governo para acelerar o processo de implementação de escalões da Segurança Social e também disse que não se pode ver a emigração como uma coisa má.

Ainda em assuntos de interesse político relevante o Sr. Deputado Pedro Carvalho (ADI) questionou o andamento das obras do Tribunal, porque os serviços do Registo Civil e Notariado estão desorganizados, e disse que o Governo está preocupado em fazer escolas, mas não está preocupado com a qualidade do ensino.

Por sua vez, o Sr. Deputado Lourenço Freitas (ADI) disse que os investidores precisam sentir união entre o povo são-tomense e que não conseguiremos desenvolver o País com críticas ao Governo.

O Sr. Deputado Raúl Cardoso (MLSTP/PSD) voltou a falar sobre a questão do pagamento do IVA nas universidades privadas.

Ordem do Dia. – Foram retirados os Projectos de Resolução: n.º 48/XII/3.ª/2023 – Eleição de dois Membros da Mesa da Assembleia Nacional, Vice-Presidente e Secretário; n.º 9/XII/1.ª/2023 – Eleição de um representante da Assembleia Nacional para o Órgão de Recursos Colegial e Autónomo; n.º 49/XII/2023 – Eleição de um representante da Assembleia Nacional para o Conselho de Estado; n.º 50/XII/3.ª/2023 – Eleição de um representante da Assembleia Nacional para o Conselho Superior de Defesa Nacional; n.º 51/XII/3.ª/2023 – Eleição de um representante da Assembleia Nacional no Conselho Superior de Imprensa e n.º 52/XII/3.ª/2023 – Substituição do representante da Assembleia Nacional no Conselho Superior do Ministério Público. Intervieram os Srs. Deputados Danilo Santos (MLSTP/PSD), Abnildo d' Oliveira (ADI), José António Miguel (ADI), Levy Nazaré (BASTA) e Beatriz Avezedo (MCI/PS-PUN).

A Sra. Presidente encerrou a sessão quando eram 11 horas e 55 minutos.

A Sra. **Presidente**: — Sras. e Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 9 horas e 20 minutos.

Estavam presentes as seguintes e os seguintes Srs. Deputados:

Acção Democrática Independente (ADI):

Abnildo do Nascimento d' **Oliveira**
Alberto da Trindade **Luís**
Danilo Francisco dos Santos **Quaresma**
Bilaine Carvalho Viegas **de Ceita** do Nascimento
Celmira de Almeida **do Sacramento** dos Santos Lourenço
Celisa Maria Martins dos Reis **Aguiar**
Danilo Francisco dos Santos Quaresma
Edmilson das Neves Amoço
Ekeneide Lima **dos Santos**
Elísio Osvaldo do Espírito Santo d' Alva **Teixeira**
Ernestino Pedro **Barroso**
Hélder Santana de Nascimento
Honório da Luz Sousa Pontes
Itelmiza Duarte Monteiro Pires
Izilda Quaresma dos Ramos **Domingos**
Jorge Sousa Pontes Amaro **Bondoso**
José António do Sacramento **Miguel**
José Carlos Cabral d' Alva
Jozino Malupane da **Veiga**
Laudino Afonso **de Jesus**
Lourenço Aguiar **Freitas**
Maria da Conceição **da Veiga**
Nito de Sousa Viegas d' **Abreu**
Orlando Borges **da Mata**
Ossáquio Perpétua **Riôa**
Pedro Jorge de Abreu e **Carvalho**
Sólito da **Cunha Lisboa** Neto
Silvestre Moreno **Mendes**
Teodorico de Campos
Tommy Claude da Graça dos Santos Lima
Wilter Kathelen das Neves **Boa Morte**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social-Democrata (MLSTP/PSD):

Adllander Costa de **Matos**
Arlindo Barbosa Semedo
Cílcio Sodjy da Vera Cruz Bandeira Pires dos **Santos**
Conceição Vieira **Moreno**
Danilo Neves dos **Santos**
Elákcio Afonso **da Marta**
Ermilinda José Dias **Borges de Castro**
Ester Tomé **Will**
Filomena Sebastião Santana **Monteiro** D' Alva
Gabdulo Luís Fernandes da Fonseca **Quaresma**
Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos
Jerónimo Pires Quaresma
José Rui Tavares Cardoso
José Camblé do Espírito Santo
José Maria Afonso de **Barros**
Osvaldo Eduardo João

Raúl do Espírito Santo **Cardoso**
Wuando Borges de **Castro** de Andrade

Movimento de Cidadãos Independentes/Partido Socialista-Partido de Unidade Nacional (MCI/PS-PUN)

António dos Reis **Faleiro**

Baltazar Albertina **Quaresma**

Beatriz da Veiga Mendes **Azevedo**

Eldimiro Emiliano **Manuel**

Hamilton de **Jesus** **Fernandes** **Lavres**

Movimento BASTA (MB)

Levy do Espírito Santo **Nazaré**

Sra. Ministra da Justiça, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Técnicos da Assembleia, da Rádio Nacional, da Televisão, todos os que nos acompanham no País e na diáspora, bom dia.

Tem a palavra a Sra. Secretária da Mesa, para proceder à leitura do Termo de Posse.

A Sra. **Secretária** (Bilaine Ceita): — Sra. Presidente, Sra. Ministra, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, Técnicos da Assembleia Nacional, da Comunicação Social, Povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Vou proceder então à leitura do Termo de Posse de Deputados à Assembleia Nacional.

«Aos 14 dias do mês de Novembro do ano 2023, compareceram perante o Plenário da Assembleia Nacional os Srs. Deputados substitutos, José Camblé do Espírito Santo, Maria da Conceição da Veiga e Tommy Claude da Graça dos Santos Lima, dos Círculos Eleitorais de Mé-Zóchi e da Região Autónoma do Príncipe, em substituição dos Srs. Deputados Adelino Cruz José da Costa, Messias Luís Fernandes Pereira e Aleksander Monteiro Conceição Lima, tendo os mesmos prestado juramento nos seguintes termos:»

Os Srs. Deputados, substitutos, prestaram juramento nos termos constitucionais.

«E para constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai ser assinado por Sua Excelência a Presidente da Assembleia Nacional, já assinado pelos empossados e por mim, a Secretária da Mesa que o lavrou.»

A Sra. **Presidente**: — Quero dar parabéns aos novos membros desta Casa Parlamentar e que sejam bem-vindos.

Tem a palavra a Sra. Secretária da Mesa, para fazer a leitura dos expedientes.

A Sra. **Secretária**: — Em termos de expedientes que deram entrada na Mesa da Assembleia Nacional, temos: o Projecto de Resolução n.º 48, da autoria da Mesa da Assembleia Nacional, eleição de um vice-presidente e um secretário para a Mesa da Assembleia Nacional.

Temos também os Projectos de Resolução n.º 49, 50, 51 e 52, todos da autoria da Mesa da Assembleia Nacional, cujos assuntos são: eleição de um representante da Assembleia Nacional para o Conselho do Estado; eleição de um representante da Assembleia Nacional para o Conselho Superior de Defesa; eleição de um representante da Assembleia Nacional para o Conselho Superior de Imprensa e substituição do representante da Assembleia Nacional no Conselho Superior do Ministério Público.

Em termos de requerimentos, deram entrada na Mesa da Assembleia Nacional dois novos requerimentos, os dois da autoria do Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD. Estou a referir-me aos requerimentos n.ºs 17 e 18, que requerem, nos termos da alínea k) do artigo 22.º do Regimento da Assembleia Nacional (RAN), informações detalhadas sobre o relatório de execução orçamental 2022 e informações detalhadas sobre a Cimeira da CPLP realizada recentemente no País. Ambos os requerimentos deram entrada no dia 3 de Novembro e com a mesma data de admissibilidade. Essa solicitação foi feita ao Governo no dia 6 de Novembro de 2023 e está pendente.

Sra. Presidente, é tudo quanto temos em termos de expedientes realizados pela Mesa.

A Sra. **Presidente**: — Antes de mais, gostaria de saudar a Sra. Ministra da Justiça, Direitos Humanos e Administração Pública, que está cá connosco em representação do Governo, no lugar do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Dando sequência, temos os pedidos dos Grupos Parlamentares. O Grupo Parlamentar do MCI/PS-PUN não tem declaração política, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD tem e será feita pelo Sr. Deputado Wuando Castro.

Antes, gostaria de informar a esta Assembleia que agora temos problemas com o computador que regista o tempo, os Secretários da Mesa irão fazê-lo a partir dos seus respectivos telemóveis até a resolução do problema, mas os técnicos estão a trabalhar nisso e a qualquer momento teremos de volta o nosso computador a funcionar. Enquanto isso, vamos registar o tempo com os nossos telemóveis.

Tem a palavra o Sr. Deputado Wuando Castro.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sra. Ministra da Justiça, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Técnicos da Assembleia Nacional e da Comunicação Social aqui presentes, Povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Hoje 14 de Novembro de 2023, o XVIII Governo Constitucional, liderado pelo Sr. Patrice Trovoada, completa o primeiro ano de vigência. Acreditamos que haverá um jantar de comemoração com a presença dos membros do Governo, dirigentes do ADI, eventualmente com a presença de alguns deputados mais destacados ou fiéis defensores...

Uma voz do ADI: — É normal.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — ...desta nova coligação que nos tem desgovernado nos últimos 12 meses...

Vozes do ADI: — *Tudu kwa tê wê?*

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — ... que formalizou ontem o acordo de incidência parlamentar.

Ruídos do ADI.

O que é bom para a democracia é que as coisas estejam sempre claras e que nada seja feito debaixo do tapete. Mas, se é verdade que muito poucos serão convidados para este banquete e terão motivos para festejar, se calhar brindar com um bom champanhe, a grande maioria do povo são-tomense, infelizmente, não tem motivo nenhum para celebrar esta data.

A dura realidade é que depois das altas expectativas criadas e depois de tantas promessas feitas no período da campanha e ao longo deste ano, o País hoje está pior do que estava em finais de 2022.

Ruídos do ADI.

Depois de passar a campanha eleitoral a vender sonhos e ilusões à população e a prometer soluções imediatas e fáceis, a dura realidade bateu à porta e hoje o Sr. Primeiro-Ministro encontra-se encurralado nas suas falsas promessas e na incompetência geral de um Governo que não tem conseguido encontrar soluções para os reais problemas deste povo sofredor.

O MLSTP/PSD sempre alertou que as coisas estavam difíceis, que as consequências do COVID-19 ainda se fariam sentir por muito tempo, e que a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, sem fim à vista, estava a condicionar o desempenho das grandes economias mundiais com a escalada dos preços dos combustíveis, dos transportes, dos produtos básicos e que, naturalmente, uma economia frágil e dependente do exterior como a nossa teria problemas sérios no que toca ao aumento da inflação e do custo de vida. Naquele momento, tinha aparecido alguém que dizia ser conhecedor de todos os problemas do País e do mundo, que estava pronto e que era a solução. Disse que o nosso governo era incompetente e que mesmo com a situação económica mundial complicada deveria ter resolvido tudo. O povo acreditou nas suas palavras e deu-lhe a maioria absoluta.

Hoje, 1 ano depois, a realidade é outra, o custo de vida aumentou de forma descontrolada, o salário mínimo não cobre sequer o valor da cesta básica, o desemprego atingiu números históricos, o preço do combustível subiu, o transporte aumentou, o célebre arroz do Japão que é oferecido ao Governo aumentou

de preço, os produtos nacionais também aumentaram de preço, há escassez de vários produtos importados no mercado, o fornecimento de energia e água às populações piorou, não há medicamentos nos hospitais e nos centros de saúde, os assaltos e roubos aumentaram, o abandono do País por parte dos jovens, dos enfermeiros, professores, carpinteiros, canalizadores, electricistas e outros continua a atingir números nunca antes vistos, sem que o Governo indique alguma medida para lidar com este problema grave, com consequências incalculáveis para o País no futuro.

Até a famosa reserva internacional líquida, motivo de tanta crítica no passado, que se encontrava, nos meses de Agosto e Setembro, no nível zero, segundo os dados estatísticos do Banco Central, provavelmente chegará ao fim do ano na mesma situação.

Depois dos 15 milhões de euros doados por Portugal em Dezembro de 2022, nenhum donativo ou financiamento externo entrou no cofre do Estado e até hoje estamos ainda sem esclarecimentos sobre o célebre acordo dos 30 milhões de dólares com o *Afreximbank*. O MLSTP/PSD já pediu informações sobre esse processo e outros, mas até agora fomos simplesmente ignorados.

Por outro lado, os projectos estruturantes não avançaram ou foram bloqueados por este poder. Ninguém sabe o que foi feito do projecto de extensão do Aeroporto, que já estava em fase de lançamento de concurso público internacional. O projecto das casas sociais, com um total de 200 apartamentos, apenas 60 foram construídos pelo anterior governo. Construção das pontes de Lembá, com fundo já disponibilizado pelo Banco Mundial, no valor de 4,5 milhões de dólares; o famoso projecto de construção de um hospital com o fundo do Kwait; vários projectos de construção, instalação de quatro centrais de energia renovável que o anterior governo tinha negociado com os parceiros privados, incluído a Central que estava projectada para a zona do Aeroporto, com capacidade de 2 megawatt, cujos equipamentos já se encontram no País e se encontram depositados no Porto de Ana Chaves há mais de 1 ano. Enfim, apenas conversas fiadas, promessas e mais promessas e nada de concreto.

Em face a tudo isso, o Sr. Primeiro-Ministro e os Srs. Ministros continuam a viajar pelo mundo fora em missões inúteis, a gastar o pouco dinheiro que o Estado arrecada e tirar fotos em hotéis de luxo e zonas turísticas para postar nas redes sociais.

Vozes do ADI: — É teu dinheiro?

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — É sim, é dinheiro público, é meu dinheiro!

Risos do ADI.

Hoje, dia 14 de Novembro, o Governo ainda não conseguiu fechar a negociação do Programa Trienal com o FMI e nem sequer apresentou o *draft* do OGE para 2024, quando a Lei SAFE e o Regimento da Assembleia Nacional determinam que o OGE deve ser entregue na Assembleia Nacional até o dia 31 de Outubro. No ano passado, tiveram desculpas das eleições tardias para apenas entregar o OGE em Abril, mas este ano, qual será a desculpa? Respondemos. Este Governo e este Primeiro-Ministro não têm credibilidade nenhuma, quer a nível nacional, quer a nível internacional.

Murmúrios do ADI.

Não consegue mobilizar financiamento e nem donativo dos parceiros tradicionais e nem sequer consegue convencer investidores sérios a se instalarem no País. Exemplo disso é que até hoje quase nenhum dinheiro foi mobilizado para o PIP de 2023, as obras que já estavam em curso pararam e nenhum projecto novo foi lançado. Mesmo a emissão dos bilhetes de tesouro foi um fracasso total, sendo que a procura não chegou a 15% do previsto.

Diante deste quadro negro, o Sr. Primeiro-Ministro assobia para o lado e nem consegue fazer a prometida remodelação governamental, continuando a assegurar ministros e directores incompetentes que não têm dado conta do recado e tem-se preocupado apenas em resolver os seus problemas pessoais.

O recente caso do Director das Pescas que chefiava uma rede de contrabando de pepinos do mar e do Director do Tesouro que resolveu pagar um valor avultado da dívida do Estado à sua empresa privada, são apenas pequenos exemplos do regabofe que andam a fazer com o dinheiro público.

Sabemos que existem vários outros casos comprovados de incompetência e desvio de fundos públicos e que só por vergonha o Sr. Primeiro-Ministro não tomou nenhuma posição contra esses prevaricadores.

Temos há mais de 3 meses um Ministro dos Negócios Estrangeiros Interino e até hoje ninguém parece estar interessado em assumir essa pasta fundamental...

Murmúrios do ADI.

...e fazer parte deste Governo que ainda tem a pesar sobre o seu ombro a tortura e morte de quatro cidadãos nacionais no Quartel General das FASTP,...

Uma voz do ADI: — Outra vez? Que *insistoso!*

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — ... crimes esses que até hoje não foram esclarecidos, sob o olhar passivo e conivente do Sr. Presidente da República que se demarcou claramente das suas funções do mais alto Magistrado da Nação e do garante do normal funcionamento das instituições.

Hoje, a sociedade civil, as associações profissionais e os sindicatos começam a perceber que este Governo não tem solução nenhuma e nem uma visão do futuro que possa conduzir o País ao desenvolvimento desejado e, pior, é um Governo que só se senta à mesa das negociações para dialogar e prestar informações quando é pressionado a fazê-lo.

Por isso, todos ameaçam paralisar o País no próximo ano com greves e outras formas de luta.

Murmúrios do ADI.

Para o bem do País, da estabilidade política e da coesão social, o MLSTP/PSD insta o Governo a se concentrar na procura de verdadeiras soluções que o País precisa, a falar menos, a prometer menos e a trabalhar mais, a viajar menos e estar mais próximo do povo e não cair na tentação de continuar a atirar as culpas para cima dos outros. Um ano depois, esta retórica já não cola, o tempo de graça acabou. Os senhores foram eleitos com a esperança de mudança e têm que começar a dar provas de que são merecedores da confiança do povo.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente:** — Quero agradecer os técnicos informáticos pela prontidão que tiveram em voltar a colocar o nosso computador a funcionar em tempo *record*. Os nossos parabéns.

Continuando, chamo o Líder Parlamentar do ADI para fazer a sua declaração política.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sra. Presidente, Sra. Ministra da Justiça, Sras. e Srs. Deputados, bom dia. Gostaria de aproveitar para cumprimentar os caros cidadãos que nos acompanham, quer os que cá estão, quer os que estão na diáspora.

Numa nota prévia, gostaria de dizer que muitos deles não saíram do País fugindo, mas foram à procura de oportunidades, ao contrário do que dizem, alguns com responsabilidade, quando um cidadão sai de um país para outro que estaria a fugir.

Sabemos de facto quem está fora de São Tomé e Príncipe, fugindo...

Aplausos do ADI.

...mas os nossos concidadãos não fugiram, saíram à procura de oportunidades. É um aparte que gostaria de fazer, porque fico muito ao triste ouvir pessoas com responsabilidade dizer que o cidadão que escolheu viver noutra parte teria fugido. Fugido de quê, não sei. Por isso, quem fala isso sabe de facto quem está a fugir.

Excelentíssima Sra. Presidente, Excelentíssima Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, Caros Cidadãos, Excelências, permitam-me, em nome do Grupo Parlamentar do ADI, saudar-vos a todos.

O XVIII Governo Constitucional, liderado pelo Dr. Patrice Trovoada, completa hoje, dia 14 de Novembro, o primeiro ano de governação. Um ano extremamente difícil, todos sabemos, mas também assombrado logo de início por uma tentativa de golpe do Estado.

Murmúrios do MLSTP/PSD.

Uma tentativa orquestrada com o objectivo de detonar um governo legítimo. Tendo sido frustrada a tentativa, os seus mentores iniciaram uma campanha junto dos nossos parceiros com vista a descredibilizar

a imagem do Estado já de si fragilizado com uma governação desastrosa do XVII Governo, liderado por Dr. Jorge Lopes Bom Jesus.

Não obstante todos esses obstáculos, o Governo arregaçou as mangas e pôs em marcha, de forma dinâmica e inclusiva, acções com vista a dar volta à situação.

Prova disso é a chamada, para o Governo, de cidadãos são-tomenses de outras origens políticas para em conjunto tirar o País da situação económica em que se encontrava. Mais um sinal desta inclusão, mais um sinal de que o facto de o ADI ter 30 mandatos, maioria absoluta, não significa que quer governar sozinho é a assinatura do acordo de incidência parlamentar levado a cabo com o Movimento MCI/PS-PUN, que gostaríamos desde já de agradecer por esta disponibilidade. Estas forças políticas, o MCI e Movimento PUN, juntam-se a esse projecto com o único objectivo de reforçar a estabilidade governativa e encaminhar todos, e ainda estamos à espera de mais pessoas interessadas, para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe.

Excelência, a situação económica social do mundo é difícil, ou seja, não é fácil, e em São Tomé e Príncipe não poderia ser diferente. No entanto, é preciso realçar o empenho do Governo em tudo fazer para garantir aos são-tomenses melhores condições de vida. Ora vejamos: a melhoria de algumas infra-estruturas rodoviárias, algumas delas iniciadas à pressa já nos últimos dias do mandato do governo anterior, que não conseguiram sequer dar início propriamente às obras. Estou a referir-me às obras de Bôbô-Fôrro, ao troço da estrada que liga Cruzeiro a Milagrosa e à continuidade da obra de reabilitação da Estrada Nacional n.º 1.

Outra acção, a assinatura do acordo para o lançamento das obras de reabilitação da Marginal e do Aeroporto, mobilização de meios financeiros para o abastecimento do mercado com géneros alimentícios e dos centros de saúde com medicamentos, dentre outros.

Excelência, o Governo tem apenas 1 ano de mandato e alguns sectores políticos querem passar a ideia de que o Governo completa hoje 4 anos. Acho que esse sector político está a confundir o XVII Governo com o XVIII Governo. Estão a querer fazer o balanço de 1 ano como quem estivesse a fazer balanço de 4 anos, mas quanto a isso gostaríamos de dizer que o povo já fez a sua sentença, o balanço do XVII já foi feito e o resultado foi o que aconteceu nas eleições de 25 de Setembro.

Um bem-haja a todos, obrigado pela vossa atenção.

A Sra. **Presidente**: — Vamos passar às intervenções de assuntos políticos de interesse relevante.

Temos inscrito todos os grupos parlamentares, mas vamos estar aqui atentos à ordem.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Técnicos da Comunicação Social, saudações a todos.

Sra. Presidente, vimos marcar aqui a nossa total e completa indignação, pela forma como o sector público da Comunicação Social gere a coisa pública. Durante a nossa declaração política, a TVS não esteve disponível para recolher as imagens, só começou a fazê-lo quando ia começar a declaração política do ADI. Registamos esse momento e manifestamos a nossa total e completa indignação. Precisamos gerir e tratar todos por igual.

Obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Vozes: — Está registado.

Vozes: — *Punda oze.*

A Sra. **Presidente**: — Ficou registada a sua preocupação, Líder.

Então, vamos abrir espaço para intervenções nas questões políticas de interesse relevante.

Não havendo qualquer intervenção de questões políticas de interesse relevante, vamos passar ao primeiro ponto da ordem do dia, mas o Sr. Deputado Conceição Moreno está a fazer-me sinal.

Tem a palavra o Sr. Deputado.

O Sr. **Conceição Moreno** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Ministra, Caros Colegas Deputados e todo o auditório que acompanha esta sessão plenária, bom dia. Também não poderia deixar de cumprimentar os técnicos e funcionários da Assembleia Nacional que estão a dar suporte à realização desta sessão plenária.

Sra. Presidente, a minha intervenção está na base de um acontecimento recente na Ilha do Príncipe, tendo em conta que já percebemos que, se nós não levantarmos questões sobre a Ilha do Príncipe, poucas vezes se fala sobre a Ilha do Príncipe aqui.

Eu gostaria de direccionar esta intervenção à Sra. Ministra, para dizer que, na semana passada, houve também no Príncipe uma apreensão de pepino-do-mar que estava a ser explorado e comercializado ilegalmente por um cidadão estrangeiro. Nós sabemos que por causa desta questão do pepino-do-mar houve a demissão do Director Geral das Pescas. Após essa apreensão, percebemos que nada mais aconteceu, ou seja, não houve multa, não houve nenhum procedimento judicial para o infractor e ficamos sem saber qual vai ser o desfecho de todo esse processo. Queremos saber qual vai ser o desfecho, Sra. Ministra, porque no Príncipe, quando as pessoas desafiam a lei para tirarem ilegalmente a areia, multas não falham, e multas altas. Quando as pessoas caçam tartarugas, outros já foram para a prisão, multas. Quando as pessoas abatem as árvores sem autorização, multas. Nós estamos perante uma situação em que a lei proíbe e que há envolvimento de pessoas nessa prática e até o momento nem ouvimos o pronunciamento do Governo Regional.

Esperamos que o Governo Central consiga rapidamente corresponder com o Governo Regional, para se informar e para publicamente anunciar quais serão as medidas que serão tomadas contra esses infractores que continuam na prática de venda de pepino-do-mar. Não pode haver justiça ou uma acção apenas contra o Director Geral que é, digamos, são-tomense, enquanto temos ainda infractores à solta que se calhar vai continuar com a mesma prática.

Outra questão, Sra. Presidente, que também aproveito já para fazer menção é sobre as condições que o Príncipe atravessa. Eu, na sessão passada, havia feito uma pergunta ao Sr. Ministro que esteve cá e este não me respondeu. Saiu e até hoje não disse nada. Eu perguntei e posso ainda perguntar à Sra. Ministra. Nós queremos saber se o Governo Central tem apoiado o Governo Regional do ponto de vista de apoio orçamental, transferência financeira ou não. Precisamos perceber, porque conforme disse ao seu colega, nós não temos informações políticas daquilo que ocorre no Príncipe, porque o Governo Regional não informa, não usa os meios de Comunicação Social para informar sobre o andamento das coisas políticas. Queremos saber se de facto há ou não. Se há, quais são? Além de transferências financeiras, quais são as outras áreas em que o Governo Central tem apoiado o Governo Regional, para podermos perceber? De facto nós temos dúvidas sobre em que matéria o Governo Regional tem estado a investir o dinheiro que arrecada, a receita tributária do Príncipe. Há impostos pagos, todos os comerciantes, todas as empresas, aonde é que vai o dinheiro? O que é que se faz com o dinheiro? Não sabemos, não há informação. Pelo que sabemos, a pobreza está a aumentar, o custo de vida está mais difícil, nós temos um sistema de saúde altamente deficitário, nós temos problemas de transporte, nós não temos uma infra-estrutura rodoviária em condições, ou seja, estamos a degradar. Em 1 ano também de governação no Príncipe, o nível de degradação agravou-se bastante. E eu, sinceramente, quero saber, do ponto de vista de solidariedade nacional, qual é o impacto que tem havido nessa relação institucional entre os dois Governos.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Conceição Moreno.
Tem a palavra o Sr. Deputado Jozino da Veiga.

O Sr. **Jozino da Veiga** (ADI): — Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Ministra, Caros São-tomenses, especialmente os da diáspora, bom dia.

No âmbito do processo escuta activa que tenho levado a cabo na diáspora, sobretudo em Portugal, recolhi algumas informações que penso ser de capital importância para partilhar aqui convosco, tanto é que eu decidi anotar para que pudesse assim passar em viva voz aquilo que é a mensagem e a preocupação dos são-tomenses na diáspora.

Povo de São Tomé e Príncipe, nesses últimos tempos, é notória a saída em massa de pessoas e sobretudo de jovens com destino a Portugal. Hoje mais do que nunca a comunidade são-tomense na diáspora precisa de estar unida, a nossa Embaixada mais activa e mais próxima. Devemos estar organizados em associações, para melhor atender às necessidades dos recém-chegados. Devemos, de igual forma, passar as boas práticas de convivência para os mesmos, pois a comunidade são-tomense sempre foi uma referência em Portugal e o mundo afora, e queremos continuar a ser bem vistos e com bom nome a zelar e para isso temos que preservar o legado que os primeiros são-tomenses na diáspora conquistaram.

A Embaixada de São Tomé e Príncipe em Portugal é a nossa casa, é o nosso território, deve servir os são-tomenses com zelo e dedicação. A Embaixada de São Tomé e Príncipe em Portugal não pode continuar a ser a pior instituição, na opinião dos são-tomenses. É urgente revermos isso. Recebo muitas críticas e denúncias dos são-tomenses no que concerne ao mau atendimento, à falta de informação e apoio da Embaixada em todos os sentidos.

Excelências, é urgente criar uma linha de informação verdadeiramente eficaz capaz de corresponder à expectativa dos são-tomenses.

Quero aqui desafiar o Governo, e ainda bem que a Sra. Ministra da Justiça está cá connosco hoje em representação do Governo, no sentido de pedir aos sectores responsáveis que tratam e emitem diversos documentos, no sentido de trabalharem para que esses documentos sejam tratados e emitidos na Embaixada em Portugal, uma vez que Portugal é a porta de entrada e a base de muitos são-tomenses, porque muitas vezes as pessoas saem do Reino Unido, França e outros cantos do mundo e têm que vir até São Tomé para tratar de documentos. Recentemente, conhecemos o caso de uma são-tomense que vive no Brasil que não conseguiu chegar a São Tomé para resolver a situação de um documento. Se nós temos essa solução na nossa Embaixada em Portugal, seria uma mais-valia para nós todos. E peço à Sra. Ministra para levar em consideração esse processo.

Outro assunto que nos preocupa bastante é a questão da taxa alfandegária, pois é uma solicitação de todos os são-tomenses, no sentido de nós encontrarmos um meio-termo para mitigar aquilo que é o alto valor das taxas alfandegárias e aduaneiras no sentido de que nós da diáspora possamos assim enviar a nossa remessa de emigrantes para o nosso país. Porque nós vivemos na diáspora, mas a nossa base é em São Tomé e Príncipe. Queremos construir, queremos ter os nossos bens em São Tomé e Príncipe e nós pedimos a amabilidade do Governo neste sentido. A diáspora não pede muito. Nós da diáspora só precisamos de incentivos fiscais para que possamos assim enviar as nossas remessas.

Outra questão importante que eu quero aqui pedir ao Governo é uma atenção especial das Alfândegas, no que tem a ver com os bidões familiares, para nós termos a isso em atenção e encontrarmos uma solução viável, para que possamos assim enviar a nossa contribuição, o nosso apoio para as nossas famílias que vivem em São Tomé e Príncipe. Sobretudo, como se aproxima as festas do Natal e do Ano Novo, seria uma prenda que nós poderíamos ter para as nossas famílias em São Tomé e Príncipe.

Em jeito de informação, também quero dizer que, enquanto Deputado da diáspora, fiz alguns contactos junto de algumas empresas e agências de emprego, no sentido de disponibilizarem vagas à nossa comunidade residente em Portugal, tendo em conta que estamos a receber muitos são-tomenses e muitos ficam à deriva e ainda não conhecem os procedimentos e estamos a trabalhar nesse sentido, para que possamos ter essas vagas de emprego para os são-tomenses e já temos alguns a trabalharem, alguns na fase de entrevistas e selecção.

Outra nota importante que eu quero aqui deixar de interesse relevante é que está a decorrer neste momento um inquérito sobre a experiência da emigração jovem são-tomense em Portugal, com o apoio de outras entidades e com o meu apoio, pelo que solicito e peço a todos os são-tomenses na diáspora, sobretudo a nossa juventude, que preencham o inquérito, que é *online* e gratuito.

Assim, nos próximos dias, vou continuar com as escutas activas no Reino Unido e em França, no sentido de ser o verdadeiro porta-voz do povo.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Jozino da Veiga.

Tem a palavra o Sr. Deputado Laudino de Jesus.

O Sr. **Laudino de Jesus** (ADI): — Sra. Presidente, Caras e Caros Deputados, Sra. Ministra, Técnicos da Comunicação Social e desta Casa Parlamentar, Povo de São Tomé e Príncipe, no País e na diáspora, bom dia.

O que trago como assunto de interesse relevante é verdade que já foi falado, mas eu não podia conter-me em vir cá e repisar isso, que é a forma como se conota os nossos jovens que procuram forma de vida em outros países. Várias vezes, tanto na comunicação social, como em viva voz, pessoas que já tiveram muita responsabilidade na governação deste país, têm conotado os nossos jovens como refugiados. Estão a fugir do País e alguém que foge é conotado como refugiado. Eu repudio isso, porque os nossos jovens são batalhadores, não estão a fugir do País, vão sim à procura de melhores condições de vida. Aliás, isso é o princípio humano. Eu vou citar o psicólogo norte-americano, Abraham Maslow. Se virmos a teoria de Maslow, de que acho que muita gente aqui já ouviu falar, diz essencialmente que o ser humano se esforça

para satisfazer as suas necessidades e ela é feita em forma de escada. Uma vez que nós satisfazemos uma necessidade, nós temos sempre a necessidade de satisfazer outra. Portanto, essa teoria de Maslow diz que a necessidade é satisfeita em forma de escada, e eu acredito que os nossos jovens andam à procura de satisfazer as suas necessidades, não estão a fugir. Assim sendo, fica muito mal os nossos dirigentes e pessoas com responsabilidade no País dizerem que os jovens estão a fugir. As Sras. e os Srs. Deputados aqui também teriam que fugir todos, mas estão cá. Portanto, eu não conotaria essa acção dos jovens como fugir. Isso tudo porque procuram conotar essa saída em massa dos jovens com o XVIII Governo, como se todos os outros se eximissem dessa responsabilidade. Nós todos, desde 75 até hoje, não podemos nos eximir dessa responsabilidade de criar um país bom para viver. E se nós olharmos para outras paragens, mesmo os países com economias muito mais robustas, muito mais promissoras que a nossa, os jovens vão à procura de meios de vida em outros países. Portanto, é a questão do princípio da humanidade. Nós nunca nos conformamos com aquilo que temos, procuramos sempre mais e mais e isso não acontece de hoje. Eu acho que aqui muita gente tem memória que já houve saída em massa para o Gabão, tanto é que houve muitos, eu sou de uma zona periférica, pescadores até que fugiram de canoa, para chegarem ao Gabão. Isso foi na altura que o Gabão estava «a bater» como se costuma dizer. Depois veio a saída para Angola. Então, não é este Governo que fez com que as pessoas estejam a sair. Portanto, é sempre aquela coisa de ir à procura de melhores condições de vida, respeitando sempre o princípio de que nós quando satisfazemos uma necessidade temos sempre aquela vontade de satisfazer a necessidade seguinte.

As pessoas que propalam isso, tanto nas redes sociais, como ao vivo. Ainda há alguns dias ouvi alguém que já teve muita responsabilidade neste país a dizer que os jovens estão a fugir. Isso me comove, porque os jovens não estão a fugir, os jovens estão a sair, como qualquer um de nós aqui também não conformado com aquilo que nós temos hoje, podemos sair em busca de melhores condições de vida. Nunca nos esqueçamos que somos nós que temos a responsabilidade de construir uma pátria em que dê gosto de viver, e não estar aqui a apontar o dedo a um ou outro, por causa da saída de jovens para outros países em busca de melhores condições de vida.

E acrescento ainda, nesta Sala, algumas sessões atrás, ouvi um deputado dizer que nós temos que sentir essa saída como positiva, porque não tendo a cultura de trabalho, esses jovens poderão importá-la para São Tomé e Príncipe, depois de estarem em outras paragens que têm a cultura de trabalho. Portanto, isso seria motivo de nós, enquanto decisores, criarmos condições para que os nossos jovens regressem ao país, para continuarem a dar a sua contribuição no desenvolvimento dessas lindas ilhas. Costumamos dizer que nós é que devemos construir, com as nossas próprias mãos, uma pátria renovada.

Obrigado.

Aplausos.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada e Líder, Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, Caros Colegas que compõem a Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Ministra, Srs. Técnicos, Povo de São Tomé e Príncipe, dentro e fora do País, bom dia.

Eu tomo a palavra neste período de interesse relevante, por duas questões.

A primeira questão é aquilo que eu ontem acompanhei nas notícias das 20 horas, na TVS. Um jovem estudante que terminou os seus estudos conseguiu uma bolsa de estudos para ir a Cabo Verde, mas se encontra ainda em São Tomé, por causa da sua situação financeira, não consegue comprar o seu bilhete de passagem. O Ministério da Educação alega que o pagamento do bilhete é por conta dos familiares, mas o historial daquele jovem é que a mãe tem problemas mentais e não se sabe o paradeiro do pai. Ele era acompanhado pela ARCAR, mas o regimento da ARCAR é levar determinadas crianças até atingirem uma certa idade e, pelo que eu entendi, aquele jovem já tem 18 anos, já não está sob a tutela da ARCAR. Não estando sob a tutela da ARCAR, não tendo mãe e os familiares não tendo também uma boa situação financeira, eu, como mãe, senti que se nada for feito, Sra. Ministra da Justiça, por aquele miúdo, nós vamos ter mais um caso de jovem com problemas aqui na nossa sociedade.

O apelo que eu faço, como mãe e como Deputada da Nação, é que, a nível da Assistência Social, o Governo deve arranjar forma para cobrir essas necessidades, principalmente para aquelas pessoas que não têm condições. Por aquilo que mostraram, ele não tem condições, mas quer ir a Cabo Verde continuar os seus estudos e o País deve estar preparado para esses acontecimentos.

Outro caso concreto que aconteceu aqui com a nossa Assembleia Nacional, nós temos um pedido de apoio, na nossa Bancada Parlamentar, da filha de um ex-funcionário desta Casa Parlamentar, que também terminou os estudos, mas não tem como continuar os seus estudos lá fora. Há que se fazer alguma coisa, pois o pai faleceu, não há familiares para poder apoiar. Então, o próprio Estado deve arranjar forma de apoiar essas crianças, e a própria instituição. Esse pedido não deveria chegar à Bancada Parlamentar. Os Serviços da Assembleia Nacional têm que arranjar um capítulo, o Governo tem que colocar no Orçamento Geral do Estado um capítulo de imprevistos e é aí que deve ter algum valor para cobrir essas necessidades que são aqui apresentadas.

A segunda coisa é que eu quero reforçar o que disse o Deputado Jozino, que é o nosso colega Deputado da diáspora Europa, sobre a nossa Alfândega. Nós temos muitos são-tomenses que emigraram há 20, 30, 40 anos e querem regressar para o seu país. Alguns já tomaram a iniciativa de regressar ao seu país, eu falo de prova concreta sobre Libreville, que foi aqui também focado pelo Deputado Laudino. Há muitos anos, as pessoas foram procurar melhores condições de vida fora do País. Foram para Libreville, Angola, Moçambique, Cabo Verde, todos esses países, trabalharam lá e regressaram ou querem regressar, mas pensam duas ou três vezes. Às vezes preferem morrer lá fora do que regressar para São Tomé, porque não conseguiram construir pelo menos uma habitação, não conseguiram nada. Muitas vezes não regressam por vergonha. Mas alguns têm voltado e conseguiram trazer algumas coisas, as coisas que conseguiram juntar. Mas só para trazer essas cargas, o indivíduo tem que pagar um valor para retirar a carga da sua residência para a agência de viagem, a agência cobra um valor, o barco cobra a sua parte e a nossa Alfândega «arrebenta» outro preço, fazendo com que as pessoas acabem deixando as coisas. Por isso é que há muitas coisas dentro da Alfândega...

A Sra. **Presidente**: — Faça resumo, por favor.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Sim, sim, Sra. Presidente.

A nossa Alfândega deveria fazer uma limpeza total daquilo que são os materiais. Porque quando se traz alguma coisa e não se tem como tirar de lá, isso também desmotiva as pessoas. Há cidadãos que trouxeram alguns meios para continuar a fazer as suas actividades, para não depender do Estado, hoje esses mesmos cidadãos são impedidos, porque o preço que é atribuído é elevado.

É esta preocupação que eu trago no quadro de assuntos de interesse relevante.

Muito obrigada pela vossa atenção.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Barros.

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Ministra, Técnicos da Assembleia Nacional, Técnicos da Comunicação Social, muito bom dia.

Sra. Presidente, Sra. Ministra, eu trago duas preocupações dos pais e encarregados de educação dos alunos.

Como sabem, na feitura da matrícula, os pais e os encarregados de educação, pagam a cantina escolar e os passes de transporte. Infelizmente, 80% das cantinas não estão a funcionar neste momento, por falta de produtos.

Por outro lado, os autocarros escolares não estão a circular, por falta de combustível.

Eu penso que os Srs. Deputados sabem mais ou menos...

Uma voz do ADI: — *A mintxila!*

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — ... a repercussão que isso traz na vida dos encarregados de educação e dos alunos.

Srs. Deputados, é um assunto que eu levantei e eu acho que se os Srs. Deputados têm outra informação podem apresentar.

Obrigado, estamos em assuntos de interesse político relevante.

Murmúrios.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado José Maria.

Tem a palavra Sr. Deputado Gabdulo Quaresma

O Sr. **Gabdulo Quaresma** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Ministra, são-tomenses, em São Tomé e na diáspora, Técnicos e Assessores da Assembleia, da Comunicação Social, bom dia.

Sra. Presidente, eu tomo a palavra porque, no meu exercício de responsabilidade com o País, percebi que em 1 ano de governação nós, à semelhança deste Governo, em 2019, tínhamos cerca de 11 contratos assinados. Repito, 11 contratos. O XVII Governo assumiu o poder em Dezembro de 2018 e conseguiu assinar 11 contratos, em 2019.

Folha Fede/Pedroma, Arruamento de Cruz Mami, Folha Fede, nova fase, limpeza do leito do rio Ponta figo, Ponte que a Engecon fez, muro em Praia Grande, Bairro Dolores, tapagem de buracos da Cidade Capital, Zandrigo/Quimpo e a obra de arruamento da Cidade Capital, ou seja, todas as empresas tinham obras, inclusive atribui-se mais uma obra a uma empresa internacional...

Uma voz: — ACA.

... que é a ACA. Sim, atribui-se obra a esta empresa. O que quer dizer que estávamos a abrir o País para novos investimentos, novas parcerias, para o desenvolvimento do País. Hoje, o que é que temos, 1 ano depois? Absolutamente nada ou quase nada.

Eu quero dizer também que a minha preocupação vai um bocado mais adiante, porque as obras que o XVII Governo deixou estão a terminar e uma delas é enorme, como foi dito aqui, a requalificação da Estrada Nacional n.º 1. Esta obra está a terminar e teremos provavelmente muitos desempregados. 1 ano depois da governação do XVII Governo, nós garantimos emprego ou a redução do desemprego. Hoje, o desemprego está a aumentar. Esta preocupação não deve ser só do MLSTP/PSD, deve ser também da Bancada do ADI, para que ajude o Governo a encontrar realmente uma solução para isto. Os jovens precisam de emprego. Sem emprego, nós teremos problemas sociais terríveis.

Portanto, é só em jeito de ajuda, se realmente querem que a gente ajude, nós estamos disponíveis para encontrarmos ou ajudar a melhorar a vossa solução, que eu acho que não existe, mas estamos disponíveis para isso.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado Gabdulo Quaresma.
Tem a palavra a Sra. Deputada Izilda Domingos.

A Sra. **Izilda Domingos** (ADI): — Sra. Presidente da Assembleia Nacional, Sra. Ministra, Sras. e Srs. Deputados, Técnicos, Povo de São Tomé e Príncipe, bom dia.

Eu só vim anunciar que fui ameaçada aqui nesta Assembleia, duas vezes, por uma deputada. Uma vez, eu falei aqui e quando fui à casa de banho ela foi à minha trás e começou a perguntar-me se eu sou a única Deputada do ADI, *qual força que eu vim com ele, mas eu não leguei*. Na Sexta-feira, aqui, ela ameaçou-me perante todos os Deputados. Disse que eu não posso andar a pé em Guadalupe.

Eu só vim dizer que isso não é bom. Como Deputados que somos, temos que mostrar o amor, a compaixão, a humildade e o respeito para com os outros. Se nós falamos sobre a vida humana, somos nós que temos que sair à rua e dar bom exemplo. Queremos um país bom, mas se nós como Deputados não somos bons, não podemos educar ninguém. Aqui na Assembleia, uma Deputada ameaça a outra, a dizer que ela não pode andar a pé em Guadalupe.

Eu só vim dizer que eu não vim aqui por causa de ninguém, mas eu vim aqui em nome de Jesus e eu andarei em toda parte de São Tomé e Príncipe, mesmo viajando, em qualquer parte.

Aplausos do ADI.

A Bíblia diz, em salmo 91: «*mil cairão à tua esquerda, dez mil à tua direita, mas não serás atingido*». Eu não serei atingida por causa de ninguém. Mas eu vim só para fazer saber a São Tomé e Príncipe, todos os países do mundo e todos os Deputados, que não é bom nós ameaçarmos ninguém. *Men vivo mêsê ji dê, men motxi mêsê ji dê*. Toda gente precisa da sua família.

Muito obrigada.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Obrigada, Sra. Deputada Izilda Domingos.
Tem a palavra o Sr. Deputado Nito Abreu.

O Sr. **Nito Abreu** (ADI): — Sra. Presidente, Caras e Caros Deputados, Sra. Ministra, em representação do Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, Técnicos e Assessores cá presentes, bom dia.

Enquanto escutava algumas intervenções, eu colocava-me numa posição de, até que ponto vamos discutir!? Às vezes, coisas que muitos já têm respostas, trazem para serem discutidas.

Às vezes, os causadores acabam novamente por trazer problemas que os mesmos causaram e conhecem.

O Sr. **Elísio Teixeira** (ADI): — Diga-lhes e enumere-os.

O Sr. **Nito Abreu** (ADI): — Eu não percebo como alguém diz que jovem tem estado a sair, tem estado a fugir, e é certo, todos nós sabemos, é o que se vive hoje, mas se os tais tivessem feito o seu trabalho de casa devidamente, não teríamos os problemas que temos hoje.

Uma voz: — Cabe a todos nós.

O Sr. **Nito Abreu** (ADI): — Eu não estou a responder a intervenção. Nós...

A Sra. **Presidente**: — Sr. Deputado, um momento.

Pese embora não se tenha ainda referido o assunto em concreto, mas se tiver que responder alguém que fez intervenção neste período, desista.

Uma voz: — Exacto.

A Sra. **Presidente**: — Ele disse que não está a responder. Vamos ver o que ele vai dizer.
Tem a palavra.

O Sr. **Nito Abreu** (ADI): — Muito obrigado, Sra. Presidente.

Uma voz: — Não se assustem.

O Sr. **Nito Abreu** (ADI): — Se tivéssemos ou se tivessem implementado a economia robusta, teríamos solução resolvida. Se tivessem implementado os nove mil postos de emprego, na região Sul do País, neste caso Malanza, não teríamos fuga de jovens para a Europa, como temos hoje. Estou a falar como são-tomense.

Disseram aqui que é fuga, todo esse nome não teria sido aplicado, se de facto isso fosse implementado. São dois projectos que nós não vimos gerar frutos.

Sobre a questão da falta de combustível para o autocarro escolar, deve ser que o Deputado em causa foi mal informado. Não tem estado a acontecer, informações credíveis.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Sr. Deputado acabou entrando um pouco, mas pronto, para a próxima não o faça, não responda a intervenção dos outros Deputados, neste período.

Tenho ainda inscritos três Deputados, mas agora pela ordem de inscrição, temos o Sr. Deputado Wuando Castro.

Tem a palavra Sr. Deputado.

O Sr. **Wuando Castro** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, uma nota prévia. Costuma-se dizer que saber ouvir é uma virtude e é bom que, quando os Deputados vêm aqui ao púlpito falar, ouçam bem aquilo que é dito, para não incorrerem em erro.

Na declaração política do MLSTP, nunca se falou em fugir, falou-se em abandono. Podem ouvir, que está gravado. Uma chamada de atenção.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Saber ouvir é uma virtude. Vamos ter calma, vamos ouvir uns aos outros.

Sra. Presidente, eu vim cá trazer dois assuntos rápidos.

Primeiro, como já foi dito na nossa declaração política, saudar o acordo de incidência parlamentar que foi feito entre o MCI/PS-PUN e o ADI, pois finalmente...

Murmúrios do ADI.

... os dois partidos assumem formalmente aquilo que já tem sido a prática desde o início do ano. Têm estado sempre em sintonia e a votar em conjunto. Agora está formalizado, o jogo está claro, mas me preocupou ouvir as declarações do Presidente do MCI/PS-PUN, o meu amigo, ex-camarada António Monteiro, quando disse que segue as ordens do ADI.

Risos e Murmúrios do ADI.

Naturalmente, não é um assunto que me diz respeito, queria só deixar aqui um apelo, uma sugestão, sobretudo ao Grupo Parlamentar do MCI/PS-PUN, que quando se faz um acordo, pressupõe negociação, pressupõe que os dois lados tragam também alguma coisa à mesa. Quero dizer ao MCI/PS-PUN para não se esquecer, sobretudo daquela que foi a sua bandeira eleitoral, que foi «a defesa e direitos dos filhos da roça». Só isso.

Aplausos do MLSTP/PSD.

Em segundo lugar, Sra. Presidente, hoje nós falamos do primeiro aniversário do Governo, o XVIII Governo, mas também lembrar que os Deputados que tomaram posse nesta Legislatura fizeram também na semana passada 1 ano de mandato, no dia 8 de Novembro. Portanto, a Casa Parlamentar também está em festa, embora não tenha havido nenhum banquete, nenhuma coisa parecida.

Risos e murmúrios.

Mas para lembrar que a Assembleia está constituída, a XII Legislatura está constituída há 1 ano e nós continuamos com um problema de fundo, que é a funcionalidade da Mesa da Assembleia e dos Órgãos Autónomos, onde a Assembleia tem representantes, nomeadamente, a questão do Vice-Presidente, do Secretário, do Representante no Conselho Superior de Defesa, no Conselho de Estado e no Conselho Superior de Imprensa. Lugares esses que o Regimento atribui por direito próprio ao MLSTP/PSD, enquanto o maior Partido da oposição, e que até hoje não se conseguiu preencher esses lugares, naturalmente por imposição/votação da maioria dos Srs. Deputados, já que «esses lugares, regimentalmente, pertençam ao MLSTP/PSD». Têm que ser votados e só depois de ter a maioria dos votos é que são aprovados.

Nós já tivemos duas situações em que o MLTP/PSD apresentou candidatos e foram rejeitados por esta Assembleia. Outros nomes foram aventados e também sentimos alguma rejeição por parte das outras bancadas, mas eu gostaria de relembrar que este é um órgão colectivo e é um direito nosso apresentar os candidatos que nós achamos que cumprem o perfil e requisitos que estão estabelecidos no Regimento. O MLSTP/PSD deve, sim, ter alguma liberdade para propor esses nomes. Não é normal 1 ano depois, por imposição das outras bancadas, que nós não tenhamos ainda a Mesa da Assembleia Nacional composta, como manda o Regimento.

Hoje está previsto votações, uma vez mais, para esses cargos e venho aqui, antes de nós passarmos para os pontos da ordem do dia, chamar a atenção dos Srs. Deputados da Bancada Parlamentar do ADI e do MCI/PS-PUN, que agora fez esta nova coligação, para a responsabilidade que têm, para que não seja aberto um precedente que pode depois nos criar problemas no futuro.

Muito obrigado pela vossa atenção.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Wuando Castro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Bom dia a todos, respeitando a devida precedência protocolar.

Agora, sim, a minha intervenção. Como todos nós sabemos, o País vai muito mal.

Uma voz: — Oooohhh!

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Como o Movimento BASTA tem pouco tempo para aqui explicar e dizer por que é que eu defendo isto, eu vou fazê-lo de uma forma que todos vão entender, uma forma que já sei que, como é de praxe, vai tornar-se viral, mas mesmo assim o farei.

A Bancada do MLSTP/PSD deu-me mais 2 minutos, que agradeço.

Voz do ADI: — Coligação. Falta incidência parlamentar.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Quando era mais jovem, na minha idade da adolescência, havia um *bulawê* muito famoso, na altura, como se diz na gíria, *estava a bater*, e lembro-me de uma música em particular desse *bulawê* que dizia assim: *saia de loi, ku kabelo filizado, ku sapato de popi, você não vale vintém...*

Aplausos do MLSTP/PSD.

...mon amour, mon amour, ma chérie, ma chérie, você não vale vintém. Depois começa o batuque.

Uma voz: — *Isso é trabalho?*

Risos e murmúrios.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Hoje em dia já não se pode usar este tipo de música, já não se deve, pela emancipação e pelos direitos das mulheres. As nossas músicas antigas criticavam muito as mulheres. 60/70% das nossas músicas eram contra as mulheres. Hoje em dia, por questões de género, emancipação, empoderamento das mulheres, já não se deve usar estes tipos de músicas e nós notamos que os nossos músicos já não ofendem tanto as mulheres como antigamente, nas músicas. Logo, hoje em dia, esta música já não seria só para as mulheres, seria assim: *«fato ku gravata, saia de loi, subi no púlpito, juro pela minha honra, governo vem, governo vai, tudu inem sa kwa se me, 48 anos da independência...*

Uma voz: — Podem bater palmas.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — *... vejam o País como está. Nós não valemos vintém.»*

Uma voz do ADI: — Você não vale nada.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — *«Mon amour, mon amour, ma chérie, ma chérie, nós não valemos vintém.»*

Murmúrios.

Uma voz do ADI: — Você é doido.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — É esta a questão. Independentemente da culpa, eu não matei gente no quartel. Independentemente da culpa, quem tem culpa, quem não tem culpa, o País não está bem e temos que reconhecer isso. Não podemos estar constantemente, *governo vem, governo vai, deputado vem, deputado vai*, estamos como estamos, 48 anos, minha gente! Isso está mal! Isso está muito mal!

Eu volto a pedir, Sua Excelência Sr. Presidente da República, chame os são-tomenses e ponha-nos sentar, para nós resolvermos o problema de São Tomé e Príncipe.

Murmúrios.

Uma voz: — Tempo, tempo.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Não é como está, as coisas mudam, amanhã virá outro, mesma coisa. Então, é preciso chamar as pessoas que queiram comprometer-se com o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, para juntos todos darmos volta a esta situação.

Uma voz do ADI: — Viva Patrice Trovoada.

A Sra. **Presidente:** — O tempo concedido já terminou.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Muito obrigado, eu termino já, Sra. Presidente.

Uma voz: — Não, não.

A Sra. **Presidente:** — O MLSTP/PSD dá mais 2 minutos.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Nós temos que mudar o nosso país. Temos que encontrar uma forma de dar volta a este país.

Há são-tomenses com capacidade, com competência, temos que os encontrar para resolvermos o problema de todos nós. Todos nós estamos a sofrer, todo povo de São Tomé e Príncipe está a sofrer.

Os dirigentes que hoje estão no poder amanhã serão os dirigentes da oposição. Os da oposição de ontem, são os de poder de hoje, mas o País não está a andar.

Para os que ladram, eu pelo menos não matei ninguém.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Deputado Levy Nazaré.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ekeneide Santos.

Alertar que este palco, o período em que estamos, não é para respostas às questões levantadas.

O Sr. **Ekeneide Santos** (ADI): — Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Ministra da Justiça, Técnicos da Assembleia Nacional e da Comunicação Social, bom dia.

Bom, eu venho aqui só por causa de duas ou três questões, algumas delas até já estão ultrapassadas, mas é importante voltarmos a debater sobre essas matérias.

A Sra. Deputada Beatriz Azevedo falou aqui ontem da questão do tal jovem, o que também me tocou e eu volto mais uma vez aqui neste púlpito para pedir ao Governo que acelere a questão do escalão da Segurança Social. Porque essa família deveria estar no escalão em que o Estado deveria apoiar. É nessa matéria que quando eu falei aqui da questão do escalão social, há pessoas que se chatearam, há pessoas que não gostaram, mas é uma realidade.

Nós em São Tomé e Príncipe não podemos e nem vamos continuar assim.

Eu disse ao Ministro do Trabalho que vou continuar a falar dessa matéria sempre que eu vier aqui, até que o Governo entregue aqui uma proposta, para nós colocarmos cada pessoa no seu respectivo lugar.

Aplausos do ADI.

Não podemos, não devemos e não é correcto. Esse jovem vem de uma casa de apoio social, não pode estar no mesmo escalão. Se há 10 vagas, cada pai assume o seu bilhete de passagem, mas entre os 10 jovens há um que não pode pagar o bilhete de passagem, e é aqui que vem a parte do Estado. Mais uma vez, volto a pedir ao Governo que acelere esse processo, que coloque cada são-tomense no seu respectivo escalão.

Quando se fala de bolsa de estudos, todos têm os mesmos direitos, todos pagam o bilhete de passagem, todos têm que tratar de documentos, ninguém é isento de nada, mas há filhos que não têm pai, outros não têm mãe, existem vários escalões que precisamos de definir aqui e espero que o mais rapidamente o Governo traga aqui uma proposta sobre isso.

Essa questão de emigração também é debatida aqui bastante, as pessoas estão a dizer que os são-tomenses estão a viajar, quero que as pessoas saibam que Angola tem ouro, tem diamante, petróleo, Brasil tem ouro, tem diamante, petróleo, tem minérios, tem tudo, Portugal tem tudo. Vai-se comparar o número de pessoas de São Tomé e Príncipe que viajam com o número que está a sair de Angola e Brasil? Nós vamos para Portugal à procura de melhores condições de vida, o que acho natural. Nenhum dirigente pode dizer

que as pessoas não vão à procura de emprego noutros países, porque aqui em São Tomé e Príncipe não há emprego para toda gente. Como podemos dizer às pessoas para não irem atrás de melhores condições de vida? Pelo contrário! Muitas pessoas dizem que isso não beneficia São Tomé e Príncipe, eu vejo a outra parte. Para quem presta atenção e tem família fora de São Tomé e Príncipe, a maioria das pessoas que sustentam as suas famílias aqui estão fora. Quem sustenta muitas famílias em São Tomé e Príncipe é quem está na diáspora. Então, isso também tem um ponto positivo para São Tomé e Príncipe.

Aplausos do ADI.

Então, não podemos olhar para a emigração como se o País estivesse a perder. O País também vai ganhar. Também há muitos portugueses que não vivem em Portugal, estão a sair de Portugal todos os dias. Para quem acompanha as notícias de Portugal, há portugueses a saírem todos os dias; há angolanos a saírem todos os dias de Angola, em todos os voos. A comunidade brasileira hoje ocupa um lugar muito grande em Portugal.

Portanto, minha gente, não vamos olhar essa questão com politiquice. Deixem cada um escolher onde se sente melhor. O importante é que cada são-tomense se sinta melhor, esteja lá onde estiver, e é nisso que todos devemos pensar.

Aplausos do ADI.

Mais uma questão que gostaria de levantar é relativamente ao IVA. Isso me preocupa um bocadinho. Se calhar eu não entendi muito bem quando se falou da questão do IVA. O IVA é um imposto, mas se falou que é um imposto único. O que me preocupa é uma questão que eu gostaria que a Sra. Ministra levasse para o Governo e futuramente o Sr. Ministro das Finanças pudesse nos explicar aqui. Quando se fala sobre a questão do IVA, principalmente nas Alfândegas, o que percebi e aprovei aqui é que o IVA iria substituir todos os outros impostos e as outras taxas. Infelizmente, não posso me calar, quando ouço algo que não tenho informações, ninguém explica, alguém tem que vir explicar, para que isso fique claro, se o IVA substitui ou não os outros impostos, se é ou não é imposto único.

Muitas vezes, o Governo quer propor algo para melhorar e é bem-vindo, mas muitas das vezes alguns serviços, alguns departamentos, alguns directores acham-se os donos da verdade, que sabem tudo, que querem fazer tudo e, pior ainda, que muitas vezes quando as pessoas estão acomodadas e que acham que estão bem, que recebem benefícios, emolumentos, porque estão bem, nem se interessam e nem alertam o Governo que é uma questão que se tem que corrigir. Se é para se eliminar determinados directores ou departamentos, já falei com alguns, devem alertar o Governo.

Não é o Primeiro-Ministro, nem é sempre os ministros que têm que ir aos departamentos olhar para as folhas e dizer que isso não pode, isso pode. Os directores e chefes de departamentos também têm que estar atentos, mas o pouco que percebo de São Tomé e Príncipe é que muitas pessoas quando estão em determinados lugares, é algo que não os incomoda, mas incomoda os outros, estão nem aí, como dizem os brasileiros. É um problema que devemos rever. Se não os incomoda, os outros que paguem. Se não quiserem pagar, que fique por lá. Isso é algo que se tem que rever. Há coisas na política que me deixam um pouco triste.

É verdade o que disse o Deputado Levy, que o País está mal, precisamos mudar, todos concordam que precisamos mudar e que as coisas estão mal. Quando vejo a questão da energia, não há energia e todos sentimos incomodados por não haver energia, mas sabemos que o Governo fez um esforço enorme de encontrar um parceiro para instalar geradores na EMAE. Pessoalmente, seja lá de que Governo for, que contrato for, quero energia na minha casa. Agora, sentir-me incomodado, se é Turquia, China ou Portugal?! Seja que país for que está a instalar os geradores na Central Eléctrica, quando sabemos que todos precisamos de energia, irei sentir-me incomodado, se é a Turquia que está a instalar os geradores?

Deveria agradecer ao Governo por ter encontrado um parceiro que vai resolver rapidamente a questão da energia.

Aplausos do ADI.

Quando vejo as pessoas a questionarem, não gosto muito de falar de politiquices, para algo que é positivo, a fazer directo, porque quer saber por que é que a bandeira está aí. Isso interessa-me? Quero energia na minha casa, não me interessa quem irá instalar os geradores, se é Turquia, China, Gabão ou

seja lá quem for. O que quero é energia na minha casa e tenho certeza de que muitos Deputados aqui presentes também querem energia em suas casas, porque vejo os *posts* de muita gente quando não tem energia.

E quando é para resolver, ao invés de virem agradecer, abraçar, acarinhar, porque todos precisamos, as pessoas tentam puxar para trás, mas é algo que faz falta a todos os são-tomenses.

A Sra. **Presidente**: — Antes de passar a palavra aos outros Deputados inscritos, gostaria de dizer que também sou mãe e sei o quanto pesa no bolso das famílias mandar um filho formar-se no exterior. Pessoalmente, recorri ao banco para que o meu filho hoje estivesse a estudar onde está. Muita gente não consegue recorrer ao banco.

Tomada por essa dor, gostaria de desafiar as Sras. e os Srs. Deputados que fizéssemos uma contribuição de 200 dobras cada pessoa, para entregar a essa família.

Vozes do ADI: — Muito bem.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente**: — No nosso bolso pode não custar muito, é um desafio que lanço e espero que toda gente consiga fazer um esforço mínimo para que, entre amanhã e depois, a Assembleia, em nome de todos os Deputados e todas as Deputadas, faça essa pequena contribuição. É verdade que há outros jovens nesta situação. Tendo em conta que esse foi à Televisão e a questão foi levantada cá pelos Deputados da Assembleia Nacional, agradeço que se faça essa contribuição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Neste particular, temos no corredor da Assembleia uma petição para uma filha de um funcionário da Assembleia que faleceu, em situações que sabemos, e que os familiares não têm condições. Estamos numa mobilização para ajudar essa filha que o pai faleceu e que foi funcionário da Assembleia. Portanto, Sra. Presidente, olhe bem para esses aspectos, porque aqui dentro de Casa temos problemas sérios. Hoje, é a filha daquele colega que trabalhou cá, amanhã poderá ser o nosso filho ou de outros.

A Sra. **Presidente**: — Falei da questão que tinha conhecimento. Não sei se foi na minha ausência, mas não vi nenhum pedido dos familiares de um funcionário falecido a fazer qualquer solicitação nesta questão, mas posso, junto aos serviços, ver a questão.

O repto para o miúdo está lançado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Penso que a proposta da Sra. Presidente agrada-nos, todos estamos disponíveis para contribuir.

Tendo em conta a intervenção do Líder do MLSTP/PSD, proponho que este assunto possa ir à Conferência de Líderes, o quanto antes, e ser resolvido lá.

A Sra. **Presidente**: — Não remeti a questão à Conferência de Líderes, porque na Assembleia não temos qualquer dotação orçamental para essas questões. Por isso, teria que ser da anuência de todos os Deputados. É uma questão solidária. Não sei se a Conferência de Líderes consegue resolver essa situação. Todos tínhamos que dizer sim a esta questão. Caso não, a Conferência de Líderes não pode resolver. É uma questão muito solidária.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Presidente, penso que na Conferência de Líderes cada Líder representa a sua Bancada. Ao ir à Conferência, cada Grupo Parlamentar reúne e decide, tendo em conta esta questão, mesmo a filha do funcionário falecido, depois a questão do Sindicato, se o falecido descontou para o Sindicato ou não, é uma questão social que a Conferência de Líderes pode muito bem analisar. É uma questão social que penso que o meu Líder pode nos representar e responder por todos os Deputados do Grupo Parlamentar do ADI.

A Sra. **Presidente**: — Pelo menos o desafio está lançado e vamos procurar uma forma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Carvalho.

O Sr. **Pedro Carvalho** (ADI): — Trago aqui duas preocupações.

A primeira é precisamente para sabermos o ponto da situação das obras do Tribunal. Sra. Ministra, já vamos há mais de 2 anos do início das obras do Tribunal. Foi mais ou menos no mesmo período que começo a do Ministério Público e até hoje passamos pela Marginal, olhamos para o Tribunal e parece que as obras estão paradas. Aquela obra, Sra. Ministra, tem feito com que, sobretudo, os Serviços de Identificação Civil e de Notariado têm funcionado em situações muito precárias. Todos passamos naquela famosa Rua do Caixão e todos os dias vemos muitas pessoas na rua, à espera para serem atendidas.

Uma outra preocupação é a questão da Educação. De algum tempo a esta parte, parece que os sucessivos governos só se preocupam em fazer mais escolas e mais salas de aulas, mas estão a desleixar um bocado na questão da qualidade de ensino. Só para vermos como é que a Educação em São Tomé está! Lembro-me que, quando cheguei a São Tomé, como qualquer jovem recém-formado, ficamos sempre na busca activa da primeira oportunidade para trabalharmos e lembro-me que na altura a minha mãe disse-me: «rapaz, nem aula você consegue dar?!» Parece que dar aulas hoje em São Tomé é uma coisa banal, quando a profissão de professor é uma coisa nobre. Acho que temos que nos debruçar sobre a questão da qualificação da classe docente.

Em relação ao fenómeno da emigração, se reforçarmos e se apostarmos sobretudo na formação profissional nos próximos tempos, se transformarmos algumas escolas, sobretudo as de fora da Capital, dos distritos mais longínquos, em escolas de formação profissional, acho que só teríamos ganhos. Hoje, os nossos jovens, quando emigram, há muitos que vão dar continuidade aos seus estudos, mas há muitos que vão mesmo só para trabalhar.

São estas as minhas preocupações.

A Sra. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Lourenço Freitas.

O Sr. **Lourenço Freitas** (ADI): — Sra. Presidente, Sra. Ministra da Justiça, Sras. e Srs. Deputados, Caríssimos Técnicos desta Casa Parlamentar, quero saudar com a bendita paz do nosso Senhor Jesus Cristo.

Vozes: — Amém.

O Sr. **Lourenço Freitas** (ADI): — Chegamos a um ponto, neste país, que precisamos todos de reflectir o País que queremos, não defendendo apenas as cores partidárias, mas olhar com amor à situação em que o nosso povo vive. Cada um de nós aqui é são-tomense e quer o melhor para este país. Cada um de diferente forma, mas o objectivo, creio eu, é o mesmo, o melhor para São Tomé e Príncipe.

Nesta ordem de ideias, difamar o Governo, o Estado, com campanhas que não dignificam e nem trazem acréscimo algum para a nossa realidade, acho que contribui pouco para um São Tomé e Príncipe melhor. Os nossos credores precisam de sentir que existe uma confiança e união entre nós, para que possam cada vez mais acreditar e financiar os projectos e só assim é que poderemos sair da profunda crise em que nos encontramos mergulhados.

Precisamos todos de nos comprometer com as reais situações do País, dando o nosso contributo. Não podemos limitar-nos a fazer críticas, mas precisamos de dar contributo ao Governo, para que juntos possamos buscar soluções. Porque é muito fácil criticar, esse fez, esse não faz, esse vai fazer. O difícil é olhar para a real situação do País e dizer, de acordo com a situação tal, sugerimos que o Governo faça assim, assim. Isso é uma boa contribuição, não se limitar a críticas, críticas e críticas, que não levarão o País a lado algum, pois o nosso povo já sofreu demasiado. Elegeram-nos como Deputados para representarmos o povo e temos que o representar de forma condigna, para que juntos busquemos soluções.

A imagem do nosso país precisa ser resgatada, porque para quem vive na diáspora ou viaja muito sabe que a imagem do País está cada vez mais beliscada. Precisamos resgatar a dignidade do povo são-tomense. Isso é importante. Falo propriamente de Angola. A nossa comunidade muitas vezes não é respeitada, porque quando perdemos a dignidade, ninguém mais nos respeita.

Das reuniões que tenho feito com a comunidade, tenho auscultado a comunidade em Angola e em outros países da África também, não presencialmente, mas usando os meios disponíveis que tenho, e a situação não é muito diferente.

Quero aqui pedir à Sra. Ministra que leve esta mensagem ao Governo, para ver se buscamos soluções junto aos parceiros, para disponibilizarem um barco, ainda que seja uma vez por ano, porque há muita gente que pretende regressar, mas nem condições para isso tem. As pessoas têm vivido situações gritantes. Ainda nesta semana o meu grupo de trabalho fez uma contribuição, para comprarmos um bilhete para uma jovem que se encontrava muito doente regressar a São Tomé.

Tinha muito mais questões para abordar, mas o tempo não permite.

Muito obrigado e que Deus abençoe São Tomé e Príncipe.

Vozes: — Amém.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Cardoso.

O Sr. **Raúl Cardoso** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sra. Ministra, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Técnicos da Casa Parlamentar, da Comunicação Social, a todos, o nosso muito bom dia.

Volto cá hoje para abordar a questão de os estudantes terem que pagar o IVA na solicitação de qualquer serviço académico. Numa universidade privada os alunos pagam o IVA! Portanto, acho que é uma questão que temos que olhar com olhos de ver. Já ouvi explicações que não me convencem, que demonstra que não temos a noção real do que é o IVA. Isso de me dizer que, numa entidade privada, o aluno paga, porque é uma prestação de serviço, mas também o aluno da universidade pública, quando vai pagar a sua propina, também é uma prestação de serviço. Não há diferença aqui. Não posso ter um aluno da universidade pública que não paga o IVA e um aluno da universidade privada que paga o IVA. Vamos entender uma coisa de uma vez por todas! Quem custeia o valor do IVA não é a entidade privada, é o aluno que está a pagar o valor. É isso que temos que entender, independentemente de a empresa gerar ou não gerar lucro. O problema é que quem suporta essa despesa é o aluno, não é a universidade. Se o aluno paga a propina e tem que pagar o IVA, é despesa dele. Não é a universidade que gera lucro que vai pagar esse valor. Não. O valor é descontado directamente ao aluno e levanto a questão, porque continua a ser preocupação dos jovens estudantes que estão nas universidades privadas. Continuam a pagar o IVA sobre o valor da propina. Pagam o IVA, se pedirem uma declaração do histórico da universidade e se pedirem um certificado. Têm que pagar o IVA de tudo o que pedem.

É isso que levanto e é por isso que da outra vez apelei que é algo que, na minha opinião, deveria nos unir a todos, porque aqueles estudantes que não têm bolsa de estudo já têm uma grande dificuldade para pagar a propina mensal. Porque razão o Estado vai outra vez obrigá-los a pagar 7,5% do IVA sobre o valor da propina? Quero apelar ao Governo também para ver essa questão e ver como se pode evitar essa sobrecarga naqueles que estão a estudar e que nem sempre têm condições financeiras para o fazer e fazem-no com algum sacrifício.

Repito, quero apelar ao Governo e a todos nós, para olharmos isso não no sentido de a universidade privada gerar lucro, não é nada disso, porque não é a universidade que paga. Quem paga é o aluno.

A Sra. **Presidente:** — Já não temos mais inscritos, fechamos o capítulo de questões políticas de interesse relevante, mas volto à questão do pedido de apoio.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — É bom ter mães, madrinha, quem nos suporta. Queria felicitar, com a autorização do Líder do ADI, em nome do Grupo Parlamentar do ADI, a intervenção da Sra. Deputada Beatriz, que colocou a questão que a todos nos tocou e nos sensibilizou, que é a ajuda ao jovem que está à procura de uma forma de prosseguir os seus estudos e que não tem condições.

Saudar também a Sra. Presidente da Assembleia que com o coração de mãe tocou e lançou-nos um desafio para todos contribuímos, e a nossa Bancada está disponível a anuir a esta contribuição.

Mas o Sr. Líder Parlamentar do MLSTP/PSD trouxe mais um elemento, que há uma situação interna da filha de um ex-funcionário, que também pede apoio. Quer para uma quer para outra solicitação, o Grupo Parlamentar do ADI está disponível para dar a sua contribuição.

No entanto, expressamos também a questão de humanidade e de justiça, procurei informar-me junto ao Governo sobre a questão do menino e temos outros elementos que precisamos remeter à Conferência de Líderes. Da informação que tenho do Governo, o menino foi ou teria sido beneficiado com uma bolsa da

Gulbenkian e que teria recebido apoio para estudar no País, mas depois infelizmente foi dado outro destino. É informação que eu tenho e estou a partilhar. Sendo verdade, então, eu acho que nós ficaríamos numa situação de alguém que beneficiou de um apoio e agora poderá beneficiar de um outro, quando outras crianças também precisam. Daí que, mesmo assim, eu não retiro, acho que a Conferência de Líderes deve decidir, mas a nossa Bancada está disponível em dar esta contribuição. Poderá ajudar esta jovem ou ajudar os dois, mas é essa situação, porque se nós levantarmos aqui o assunto poderemos levar muito tempo a debater. Eu penso que os Líderes poderão ter uma indicação dos Grupos Parlamentares e decidir.

Mais um elemento que eu penso que também é uma questão de justiça, o pai falecido ou o ex-funcionário descontou, teve algum desconto para caixa dos funcionários. Logo, acredito que também se podia rever esse fundo, se existe alguma coisa, dar uma contribuição e os Deputados poderão completar aquilo que estiver em falta.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Vice-presidente. Vamos depois ver esta questão. Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré.

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Sra. Presidente, como o Movimento BASTA não tem uma Bancada, nós não vamos fazer parte da Conferência de Líderes, logo, nós gostaríamos já de manifestar também a nossa solidariedade para com os dois casos. Os dois Deputados do Movimento BASTA, damos já a nossa palavra aqui, de também contribuirmos para os dois casos, mas eu aproveito para pedir muito cuidado com isso, porque podemos abrir um precedente que depois seria injusto amanhã. O que é que eu quero dizer com isso, Sra. Presidente? É que há muitas situações neste país de pessoas também que têm muitas dificuldades, que são pobres, que os pais também não têm condições, ou o pai emigrou, o pai abandonou a mãe, etc. Se cada um de nós que conhece uma situação trazer para aqui, o que é que nós vamos fazer amanhã? Também vamos contribuir? Então, é preciso ter muita atenção.

É verdade que a Sra. Deputada levantou essa questão, mas eu sei que todos nós aqui conhecemos uma ou outra situação que poderíamos também trazer na próxima sessão, para ver se nós iríamos fazer também a tal contribuição.

Por isso, muita, muita, muita atenção com isto!
Muito obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Levy Nazaré.

Realmente, como se costuma dizer, «é uma faca de dois gumes», mas pronto, já que assumimos aqui, vamos fazer essa parte e logo se verá.

É bom que as pessoas saibam que a Assembleia Nacional, no seu orçamento, não tem nenhuma linha financeira para apoiar as questões sociais. Se os Deputados apoiam ou têm apoiado, ou se a Presidente apoia, ou tem apoiado os pedidos que chegam, cada um faz um esforço financeiro para dar qualquer contribuição. A Assembleia Nacional não tem meios, não tem no seu orçamento nenhum valor para este fim. Portanto, realmente sim, pode-se abrir precedentes de pessoas que vêm à Assembleia pedir, porque já se deu a outra pessoa. Eu mesma tenho sobre a minha mesa um calhamaço de papeladas com pedidos e mais pedidos de todos os níveis.

Portanto, quando se pode fazer, faz-se, mas nem sempre todos são atendidos, porque não há dinheiro para isso. O salário é de cada um, cada um também tem os seus compromissos. Esta parte nós vamos resolver, mas que fique claro que a Assembleia Nacional não paga bolsas, não paga junta, nada.

Vamos seguir, passemos agora ao período da ondem do dia, em que constam seis pontos, todos eles sobre eleição e votação de resolução.

Tem a palavra o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD.

O Sr. **Danilo Santos** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, há cerca de 1 ano procedemos à eleição de parte da Mesa da Assembleia Nacional. Naquela altura, o Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, entendendo que tinha ficado para trás as campanhas eleitorais, que estávamos a virar a página, elegendo São Tomé e Príncipe como prioridade, votamos massivamente nos candidatos apresentados pelo ADI. Estávamos convencidos, repito, de que estaríamos a virar a página. Na verdade, naquela altura, o Grupo Parlamentar do ADI votou contra as nossas candidaturas. Importa frisar que, para a eleição destes cargos, é necessário a maioria de votos dos Deputados, ou seja, 28 no mínimo, para que qualquer candidatura passe.

Nós, volvido 1 ano e na sequência de algumas conversas que vimos tendo com diversos parlamentares da Bancada do ADI e outros militantes do ADI fora da Bancada, estávamos convencidos de que, passado o calor das campanhas eleitorais, poderíamos evoluir para a composição final da Mesa da Assembleia Nacional e a eleição também de outros representantes da Assembleia Nacional nos órgãos externos. Estávamos convencidos de que já era o momento possível. E ainda hoje ouvi o Líder Parlamentar do ADI, quando fazia alusão ao acordo de incidência parlamentar, dizer que estava à espera que os outros também viessem, para que todos em conjunto pensássemos São Tomé e Príncipe. Uma bela conversa, mas na prática não. Das informações e dos resultados, não há vontade, não há possibilidade, não há entendimento para viabilizar as candidaturas apresentadas pelo Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, ou subscrita pelos seus Deputados.

Nós achamos que não estão criadas as condições por parte de outras bancadas para viabilizarem estas candidaturas, pese embora o esforço feito, e aproveito aqui este particular para felicitar os parlamentares da Bancada do ADI e os não parlamentares que se disponibilizaram em podermos conversar, dialogar a este nível, em que cada um manifestou o seu posicionamento. Fica aqui o nosso agradecimento e o nosso reconhecimento.

Com o evoluir da situação, repito, percebemos que não há possibilidade para que sejam eleitos e questionamos: porquê pedir colaboração, se nós demos sinal no início da legislatura, votando? Creio que a Sra. Presidente foi eleita com 100% dos votos, ou uma coisa próxima. Porquê? Porque nós votamos massivamente em todos os candidatos. Podíamos não ter votado favoravelmente. Votamos massivamente em todos os candidatos.

Sr. Deputado Pedro Carvalho, para o nosso caso, também não existem outros candidatos. Os lugares estão reservados regimentalmente pelo MLSTP/PSD. Portanto, não é este o problema. Nós demos sinal claro de colaboração.

Assim sendo, Sra. Presidente, desafiamos o ADI a publicamente manifestar a sua disponibilidade para que, nos próximos tempos, possamos resolver este problema.

Assim sendo, Sra. Presidente, comunicamos que retiramos todas as candidaturas apresentadas. Todas. Repito, retiramos todas as candidaturas apresentadas e aguardamos que de facto haja entendimento. E alertamos às Sras. e aos Srs. Deputados que precisamos de entendimento e este é o entendimento mínimo. A composição da Mesa da Assembleia Nacional, ou a eleição dos representantes da Assembleia nos organismos externos reservados ao MLSTP/PSD não devia, volvidos 12 meses, criar ainda mazelas.

Portanto, Sra. Presidente, é o que nos cumpre comunicar, informar e lamentar a situação.

Muito obrigado.

Aplausos do MLSTP/PSD.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Líder.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente, Abnildo d' Oliveira.

O Sr. **Abnildo d' Oliveira** (ADI): — Sra. Presidente, certo é que, como disse o Líder do MLSTP/PSD e também o Sr. Deputado Levy Nazaré, nós precisamos de união. Sentemo-nos e conversemos.

Na reunião do Grupo Parlamentar do ADI esta manhã, ficou assente que nós teríamos um posicionamento de votação nas candidaturas. Obviamente da parte de todos os Deputados alguns candidatos apresentados ao MLSTP/PSD teriam voto favorável e outros não. Mas o Líder Parlamentar do MLSTP/PSD decidiu retirar todas as candidaturas, o público não saberá qual seriam esses que passariam ou aqueles que seriam rejeitados, nesta fase.

É um direito que os assiste, mas porque o Líder fez menção ao Partido ADI, aqui é uma questão de defesa da honra, é dizer que nós estamos disponíveis para que se componha a Mesa. O lugar pertence ao MLSTP/PSD, por indicação do MLSTP/PSD e aquele candidato indicado pelo MLSTP/PSD, se for o caso do vice-presidente, será Vice-Presidente de toda a Assembleia Nacional, não será vice-presidente do MLSTP/PSD. Como eu estou cá, fui eleito, e eu agradeço os votos também do MLSTP/PSD, eu não sou vice-presidente do ADI, sou candidato proposto pelo ADI, mas Vice-Presidente da Assembleia Nacional.

Ora, eu entendo, uma vez que o Grupo Parlamentar do ADI tem esse posicionamento e porque nós reclamamos por esta união, eu não pedi autorização do Líder, mas o meu desafio é levar este assunto às duas Direcções dos Partidos Políticos. Que a Direcção do MLSTP/PSD e a Direcção do ADI sentem-se à mesa, discutam e tragam-nos soluções. Eu penso que assim é melhor, porque aqui estaremos a dizer como porta-vozes o disse que disserem.

Esta é a minha sugestão, permita-me Sr. Líder Parlamentar trazer esta questão de as Direcções dos dois Partidos puderem sentar-se e resolver, para nós termos a Mesa e os outros órgãos compostos.

Muito obrigado.

Uma voz: — Muito bem, muito bem.

Aplausos do ADI.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente, Deputado Abnildo d'Oliveira.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar do ADI, o Sr. Deputado José António.

O Sr. **José António Miguel** (ADI): — Sra. Presidente, é só para dizer, neste caso e nesta ordem de ideias, que nos sentemos todos, ou seja, que se assentem todas as Direcções. Não há nenhum problema. Eu acho que as Direcções dos Partidos Políticos devem sentar-se e analisar essa situação de facto. Todos. Não apenas o MLSTP/PSD e o ADI, mas sim todos. O Movimento, o BASTA, que não tem Grupo Parlamentar, mas também é um Partido. Eu acho que é normal sentar-se e discutir as coisas. Não há nenhum problema!

Volto a dizer, o Vice-Presidente já disse, em nome do Grupo Parlamentar, houve esse posicionamento do MLSTP/PSD em retirar a sua candidatura, fica-se sem saber exactamente qual seria o posicionamento final, ou seja, o resultado dessas eleições. No entanto, respeitamos. Aceitamos a retirada que foi feita e ponto final, volta-se a analisar essa questão.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A Sra. **Presidente:** — Muito obrigada, Líder José António Miguel.

Tem a palavra o Sr. Líder Parlamentar Danilo Santos.

O Sr. **Danilo Santo** (MLSTP/PSD): — Sra. Presidente, Sr. Deputado Vice-Presidente da Assembleia Nacional, Abnildo d' Oliveira, Sr. Líder Parlamentar do ADI, José António Miguel, por ocasião da composição da Mesa da Assembleia e a eleição para os cargos externos, não foi necessário as Direcções sentarem-se. Nós, deliberadamente, demos abertura para um virar de páginas. Abertura! Votamos massivamente.

Uma voz do ADI: — Interesse.

O Sr. **Danilo Santo** (MLSTP/PSD): — Portanto, este é um entendimento mínimo. Repito, entendimento mínimo. Precisamos de pensar São Tomé e Príncipe. Não podemos pensar São Tomé e Príncipe, cada um. Nenhum de nós de forma isolada terá uma varinha mágica para resolver os problemas deste país. Temos que nos pôr todos de acordo.

Sr. Deputado Elísio Teixeira, se entendeu assim, respeito, mas disse que estávamos convencidos que houve um virar de páginas. Portanto, não desconversei. Se houve, no nosso entender, um virar de páginas, ninguém nos consultou. Votamos massivamente, demos o sinal. Claro que gostaríamos que nos entendessem, porque ninguém nos obrigou. Podíamos dizer ok, a Sra. Presidente seria eleita com os votos contra ou abstenção do MLSTP/PSD. Não foi isto, não foi para outros cargos, foi tudo pacificamente. Daí que nós não rejeitamos e espero bem que entendam.

Há a possibilidade de as duas ou mais Direcções dos Partidos se porem à volta da mesma mesa, para discutirmos não só os problemas internos da Assembleia Nacional, mas os problemas do País. Tenho dito que todos somos poucos, mas todos mesmos somos poucos, para resolvemos os problemas de São Tomé e Príncipe. Precisamos então de nos entendermos! Cada um de nós fizer bocado, bocado, não! Temos que parar, sentar, fazer um todo e olhar para São Tomé de uma vez por todas.

Muito obrigado.

A Sra. **Presidente:** — Muita obrigada, Líder Danilo Santos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Levy Nazaré

O Sr. **Levy Nazaré** (BASTA): — Sra. Presidente, em nome do Movimento BASTA, o repto foi lançando pelo Sr. Vice-Presidente da Assembleia Nacional, a nossa disponibilidade é total, não só sobre este

assunto, como todos os assuntos que dizem respeito à vida nacional, ao povo de São Tomé e Príncipe e ao nosso país. E não é de forma cínica e hipócrita. A nossa disponibilidade é total e já há muito tempo que eu próprio, enquanto parlamentar, venho lançando isso, que é necessário que os são-tomenses se sentem e nós que, como se diz, «*ku sa wê papelu*», podemos sentar e discutir o País.

Este caso concreto, Sra. Presidente, que está comigo também como Deputada, salvo erro, desde 2010, eu estou na minha quarta legislatura, entrei como Deputado em 2010, nunca vi isso acontecer. Nunca vi isso acontecer. Já aconteceu que, numa primeira votação, o nome que um partido qualquer apresentou, chumbou, depois o partido mudou o nome e, na votação seguinte, foi aprovado e nós avançamos.

Um deputado usou da palavra aqui e falou da dignidade do País, a dignidade de São Tomé e Príncipe. Eu acho que não é digno também termos uma Mesa da Assembleia sem o representante do outro Partido, conforme o Regimento. É preciso que o povo também entenda. Como alguém também disse, temos que falar exactamente sobre isso. O Sr. Vice-Presidente disse para o povo perceber o que está a acontecer. É que o Regimento diz dois Vice-Presidentes, um do partido mais votado e outro de um dos partidos mais votados. Logo, por qualquer razão política, não aceitam um nome, mas não podem impor ao outro o nome que a maioria quer. Porque depois, eu volto a dizer, as coisas mudam, amanhã haverá outra maioria. Pode ser daqui a 10, 20, 30 anos, quando for, haverá outra maioria e vamos ter uma Mesa também sem outro Vice-Presidente?

Eu fui duas vezes Vice-Presidente da Assembleia Nacional. Sabem que quando eu fui Vice-Presidente eu fui eleito.

Eu termino, Sra. Presidente.

Fui eleito como Vice-Presidente, a outra Vice-Presidente foi Maria das Neves. Nós, o ADI, na altura eu estava no ADI, tínhamos 33 Deputados, e a Sra. Vice-Presidente Maria das Neves teve mais votos do que eu. O meu partido, na altura, tinha a maioria absoluta com 33 Deputados, e a Sra. Vice-Presidente Maria das Neves teve mais votos do que eu. O que significa que a Bancada do ADI, na altura, deu mais votos à Bancada do MLSTP/PSD.

Assim, desculpem, não está bonito, não é bom para a nossa democracia, não é bom para a nossa imagem, não é bom o que está a acontecer.

É este o pedido que eu faço. Sinceramente, eu não sei o porquê. Pensa-se no amanhã? Virá o amanhã. Não é uma questão de tacho, eu não sei se é uma questão de carro, de salário, de tacho, etc., mas eu acho que não é bonito isso que está a acontecer. Não é bom.

É só isto que eu gostaria de dizer, Sra. Presidente.

A nossa disponibilidade é total, quando acharem, quando quiserem, para nós darmos o nosso contributo à Nação.

Obrigado.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado Levy Nazaré.

Vamos passar agora a palavra ao Líder Parlamentar do MCI/PS/PUN, para nós fecharmos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Beatriz Azevedo.

A Sra. **Beatriz Azevedo** (MCI/PS-PUN): — Sra. Presidente, acompanhando atentamente as intervenções aqui havidas, eu gostaria de dizer que quem tem um filho vale, quem tem 2, 3, 4, 5, 10 ou 30 filhos, vale. Para dizer que no XVII Governo Constitucional, a hoje Bancada, na altura o Partido MCI tinha dois Deputados. Esses dois Deputados nunca foram tidos nem achados a nível da Bancada Parlamentar do MLSTP/PSD. Os dois Deputados do MCI votaram em três Orçamentos Gerais do Estado. No último Orçamento é que nós, na altura, não votamos, porque de tudo que estavam inscrito para o Distrito de Caué, nada foi feito. Então, como uma forma de censura, votamos contra o último Orçamento, que foi o Orçamento do Ano Económico 2022.

Hoje, a Bancada Parlamentar do MCI/PS-PUN tem 5 Deputados. Esses 5 Deputados fazem parte de uma Bancada Parlamentar, faz parte da Assembleia Nacional de São Tomé e Príncipe. Hoje, posso dizer que não fomos nem tidos nem achados.

Como o meu telefone tem problema de armazenamento, não consegui ver o Diário da Assembleia Nacional. Para dizer que eu nem sei quais são os candidatos apresentados pela Bancada Parlamentar do MLSTP/PSD. Nessas coisas nós temos que ser coerentes. Não é porque nós temos muito, só quem tem muito é que damos valor. Não! Mesmo pouco, mesmo se nós tivéssemos só um deputado.

Os Deputados do Movimento BASTA são dois. Passaram a informação ao BASTA sobre os candidatos que estão a propor para votação ou não o fizeram? Se não o fizeram, fizeram muito mal.

Qualquer assunto em termos de votação, mesmo quem tem 40 Deputados, o Partido que tiver 40 Deputados, nós somos 55, se ele precisar, se ele tiver os 55 Deputados a votarem nele, é bom, mesmo com a maioria que ele tem.

Eu trago este apelo aqui para fazer o quê? Nós, enquanto Bancada Parlamentar do MCI/PS-PUN, não estamos preocupados com pessoas. Nós estamos preocupados com o País. A nossa responsabilidade é com o País São Tomé e Príncipe. Desde 2018, nós somos um Partido com responsabilidades com o povo de São Tomé e Príncipe. Por isso, nessas coisas, informa-se, fala-se, mesmo se for de boca para fora, mostra-se. Porque nós também podemos dizer, não, nós não fomos nem tidos nem achados, votamos contra. Mas não é isso que deveria acontecer nesta Casa Parlamentar.

Por isso, pensem duas, três vezes, quando o assunto é São Tomé e Príncipe, todos nós. Nós podemos dizer, «*ah temos que ser solidários, não sei o quê, não sei quanto*», porque já na legislatura passada, com 28 Deputados, foram fazendo aquilo que quiseram fazer. Nós não fomos tidos nem achados. Não fomos! Nunca fomos tidos, mas isso não nos impediu de votar sempre nas resoluções e nas propostas que os Deputados da Bancada do governo, da coligação na altura, foram fazendo. Porque a nossa preocupação é São Tomé e Príncipe, não são as pessoas. As pessoas passam e as instituições ficam.

Eu gostaria aqui de dizer que, enquanto cidadã são-tomense, não tenho culpa deste país estar na situação em que está. Com a idade que eu tenho, eu sempre fui tendo responsabilidades em qualquer assunto, em qualquer trabalho que me é delegado, eu tenho vindo a ter responsabilidade e gostaria de dizer que vou tendo responsabilidade, enquanto eu viver.

Muito obrigada.

Aplausos do ADI e do MCI/PS-PUN.

A Sra. **Presidente**: — Muito obrigada, Sra. Deputada Beatriz Azevedo e Líder Parlamentar do MCI/PS-PUN.

Tendo em conta que nós tínhamos na nossa agenda seis pontos para eleições, e todos propostos pelo Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD, tendo sido retirados todos, então, vamos terminar a nossa sessão.

Há só uma ressalva, nós temos mais dois pontos, é verdade, desculpem, quando chegaria o momento eu iria retirá-los, porque a Mesa não recebeu qualquer candidatura. É verdade, sim, que todos eles não são propostos pelo Grupo Parlamentar do MLSTP/PSD. Os outros dois seriam retirados.

Então, assim sendo, não havendo mais matérias, vamos terminar a nossa sessão de hoje, mas fica o encontro marcado para amanhã, às 9 horas.

Termino assim a sessão.

Eram 11 horas e 54 minutos.

Esteve ausente o seguinte Deputado:

Movimento BASTA (MB)

Daniel Ambrósio dos Santos